

Divisão da direita brasileira se intensifica após eleições

Especialista vê divisão de moderados e direita mais radical

Por Karoline Cavalcante

As eleições municipais de 2024 revelaram uma divisão mais acentuada na direita brasileira. Fragmentada em diferentes correntes ideológicas e lideranças, o espectro ideológico não apresenta mais uma estratégia unificada nas disputas. Essa é a avaliação do professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Josimar Souza Silva.

Segundo o especialista, as disputas externas refletem uma separação entre uma direita mais moderada e outra mais radical, visível para o eleitorado. Além disso, existem fragmentações internas nos partidos, como a disputa pelo controle do PL entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o atual presidente do partido, Valdemar Costa Neto.

“Outras disputas de poder estão em jogo, envolvendo liderança e controle de grupos políticos e do eleitorado. Um exemplo são os líderes da Frente Parlamentar Evangélica, que ora se aliam a Bolsonaro ora se aproximam de grupos mais tradicionais da direita”, comentou Silva.

“Esses grupos buscam o controle total do eleitorado de direita, disputando entre si a autonomia e o controle regional ou local do poder político, ao mesmo tempo em que observam as dinâmicas da disputa eleitoral nacional que ocorrerá nas eleições de 2026”, acrescentou o professor.

Goiânia

Goiânia, capital do estado de Goiás, acabou se tornando o foco mais evidente dessa divisão. O prefeito eleito Sandro Mabel (União) não hesitou em



Valter Campanato/Agência Brasil

Grupos de Bolsonaro e direita mais moderada se dividiram

criticar Bolsonaro, que havia declarado apoio ao seu adversário, Fred Rodrigues (PL). Mabel caracterizou o apoio de Bolsonaro como um “presente de grego” para a cidade, afirmando que os candidatos por ele apoiados “levaram couro”.

“O presidente Bolsonaro veio aqui e deu um presente de grego para Goiânia, porque esse candidato não tem a menor experiência. Além de mentir — e sabemos que quem mente frequentemente também rouba — é uma pessoa completamente despreparada. Nunca conseguiu justificar onde trabalhou”, afirmou Mabel.

“O Bolsonaro perdeu em quase todos os lugares, entende? Exatamente porque os candidatos dele não eram bons. Eles lideravam nas eleições, mas tomaram uma surra no segundo turno. A cidade de Goiânia não quer extremistas, quer alguém com capacidade de gestão”, completou.

O governador de Goiás,

Ronaldo Caiado (União), que apoiou o prefeito eleito, classificou Bolsonaro como “de-selegante” em relação a parte de seus apoiadores nas eleições municipais. Caiado afirmou que buscou dialogar com o ex-presidente, mas sem sucesso. As duas declarações foram feitas em entrevista à GloboNews.

Em coletiva de imprensa no Senado Federal nesta terça-feira (29), Bolsonaro rebateu as críticas de Caiado, afirmando que ele não aceita ser contrariado. “O Caiado é uma pessoa que, se você o desagrada, ele se torna seu inimigo. Em quatro ocasiões, ele rompeu comigo durante minha Presidência. Uma dessas vezes foi agora, pois ele tinha um candidato e eu tinha outro”, declarou.

Os políticos eram aliados até o rompimento da relação durante a pandemia de covid-19. Caiado, que é médico, defendeu o isolamento social, enquanto Bolsonaro pedia o fim das restrições.

São Paulo

A capital paulista também foi palco de intensas disputas eleitorais na direita. No primeiro turno do pleito municipal, dois dos principais candidatos à prefeitura, o reeleito Ricardo Nunes (MDB) e o então candidato Pablo Marçal (PRTB), apresentavam divergências dentro do mesmo campo político.

Em seu discurso de vitória, Nunes, que recebeu apoio de Bolsonaro durante a campanha, atribuiu a reeleição ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). “Agradeço ao líder maior, sem o qual esta vitória não teria sido possível. Meu amigo, que me estendeu a mão na hora mais difícil”, disse.

Por outro lado, mesmo contra a vontade de Bolsonaro, Marçal concentrou seu discurso no eleitorado do ex-presidente e conquistou uma parte significativa dos votos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Caroline de Toni, presidente da CCJ

Lira tira anistia do controle de deputada bolsonarista

A criação de uma comissão especial para tratar da anistia a envolvidos em atos golpistas teve também o objetivo de tirar o projeto do controle da presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC). Ao anunciar a mudança na tramitação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), citou a importância de desvincular o tema

da eleição para seu sucessor. O PL condicionava o apoio ao candidato por ele indicado à aceleração da anistia; o PT ia na direção oposta.

A velocidade imposta por Caroline ao projeto piorava a situação: o perdão aos acusados e condenados tem o poder de criar novas arestas também com o Supremo Tribunal Federal, responsável pelos julgamentos.

Bola pro mato

Ontem, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que o tema poderá ser apreciado pela comissão ainda este ano, mas a tendência é o caso ser definido apenas na próxima gestão da Câmara, a partir de fevereiro. Afinal, Lira mostrou que quer jogar a bola pra longe.

Bola de cristal

O projeto, do então deputado Major Vitor Hugo (PL-GO) é de novembro de 2022, antes do 8 de Janeiro. Propõe perdoar os participantes de atos a partir de 30 de outubro (quando Lula foi eleito) até a data da sanção da anistia. Previa a possibilidade de mais confusão.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Tarcísio é um dos temidos por Bolsonaro

Ex-presidente evitou apoiar adversários na direita

Boa parte das confusões que Bolsonaro arrumou na eleição está relacionada com a necessidade de tentar impedir o eventual crescimento de adversários de direita em 2026. Apesar da inegibilidade, ele mantém a esperança de participar do pleito. Em São Paulo, deu apoio envergonhado a Ricardo Nunes (MDB), bancado

pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Em Curitiba (PR), largou Eduardo Pimentel (PSD), apoiado pelo governador Ratinho Jr. (PSD), também um possível presidente. Já em Goiânia (GO) lançou adversário para o candidato de Ronaldo Caiado (União Brasil), que quer voltar a tentar o Planalto.

Fora do PL

Curiosidade: nenhum desses três governadores, possíveis candidatos à Presidência, é filiado ao PL. Pelo sim, pelo não, todos acham mais prudente manter alguma distância de Bolsonaro. A eleição mostrou que eles têm razão em ter cuidado com o ex-presidente.

Rasteira

Um deputado do PL disse que, na campanha, Bolsonaro cometeu um dos maiores pecados da política — escantear aqueles que tinha se comprometido a apoiar. Ressalta que o ex-presidente indicou pessoalmente os candidatos a vice em Curitiba e em São Paulo.

Tropa de elite

Para o parlamentar, porém, a estratégia de a direita lançar mais de um candidato forte à Presidência seria interessante. Permitiria que houvesse mais pessoas para bater no presidente Lula. O problema é que, hoje, ninguém pode tocar nesse assunto com Bolsonaro.

Sem pressa

Até as 18h10 de ontem, estava parada na Justiça Eleitoral a ação de Guilherme Boulos contra Tarcísio e Nunes por abuso de poder (a história do suposto apoio do PCC ao Pso). Segundo o site do TRE, o último movimento foi no domingo, a juntada de “petição de petição”

STF anula condenações de José Dirceu na Lava Jato

Por Karoline Cavalcante

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou todas as condenações contra o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, no âmbito da Operação Lava Jato. A decisão acata o pedido da defesa do réu e foi tomada na segunda-feira (28) e tornada pública nesta terça-feira (29). Agora, caso não haja recurso, Dirceu retoma os seus direitos políticos e poderá retornar à vida pública nas eleições de 2026.

“Ante o exposto, ante a situação particular do réu, defiro o pedido da defesa para determinar a extensão da ordem de habeas corpus para as ações penais n.º 5045241-84.2015.4.04.7000 e n.º 5030883-80.2016.4.04.7000, anulando todos os atos processuais do ex-Juiz Federal Sérgio Moro nesses processos e em procedimentos conexos, exclusivamente em relação ao ex-Ministro”, determina o magistrado.

No documento, o relator entende que a definição da Segunda Turma do STF, feita em março de 2021, — quando foi declarada a parcialidade do ex-juiz federal e atual senador, Sérgio Moro (União-PR), nas ações penais contra o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — deve ser estendida a Dirceu.



Lula Marques/Agência Brasil

Dirceu pode agora recuperar seus direitos políticos

PGR discorda

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou pelo não conhecimento do pedido de extensão. Caso haja recurso da PGR, ele será julgado pela Segunda Turma do STF. Porém, Gilmar Mendes, afirmou que há algo em comum entre as decisões que declararam a suspeição de Moro e entre os sete indícios de quebra da imparcialidade identificados pela Segunda Turma: “Todos eles se assentam na constatação de que Sérgio Moro atuou com motivação política e interesse pessoal nas ações contra o paciente”, iniciou.

“Afinal, as iniciativas exóticas por ele tomadas nesses

processos, ao monitorar advogados, vazar ilegalmente conversas telefônicas, divulgar documentos sigilosos na véspera da eleição e atuar proativamente para manter o paciente preso em meio às eleições de 2018, somente se explicam pelo desejo de impulsionar movimentos sociais e forças de oposição ao partido político liderado pelo paciente — forças estas a que ele mesmo, em seguida, viria a aderir, quando aceitou o convite para integrar o governo de Jair Bolsonaro”, acrescentou.

O processo também cita que o ex-procurador-geral da República Deltan Dallagnol, que coordenou a Lava Jato, trabalhou em conjunto com

Sérgio Moro. “Partilhavam de um mesmo objetivo político-partidário e que usaram prerrogativas dos seus cargos para alcançá-los”, diz o texto.

Além disso, o nome de José Dirceu é mencionado 72 vezes na denúncia contra Lula no caso do triplex do Guarujá, ainda que ele não tenha sido denunciado neste processo.

“A imbricação das condutas a eles atribuídas é tão profunda que, muito embora José Dirceu não tenha sido formalmente acusado no caso do Triplex do Guarujá, seu nome foi citado nada mais nada menos do que 72 (setenta e duas) vezes na denúncia oferecida pela força-tarefa da Lava Jato”, afirma o relator.

Repercussão

Ao Correio da Manhã, o advogado do ex-ministro, Roberto Podval, considerou a anulação uma “consequência natural de uma operação abusiva”.

“A decisão de anulação do processo é consequência natural de uma operação abusiva, repleta de ilegalidades e imoralidades, para se dizer o mínimo”, disse Podval.

Em publicação na rede social X (antigo Twitter), Moro afirmou não existir base convincente para a anulação da condenação. “Todos esses magistrados estavam de conluio? Um conluio do qual não há registro ou prova, apenas uma fantasia! O combate à corrupção foi esvaziado no Brasil”.